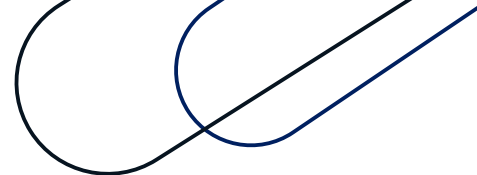
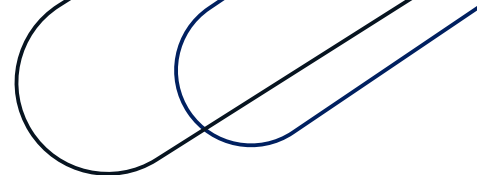


*Zero Instituição de
Pagamento S.A.*

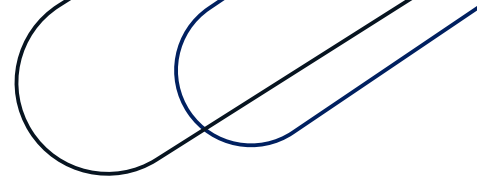


SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES	6
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DRE	10
DRA	11
DMPL	12
DFC	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
3.1. Base de elaboração e moeda funcional	15
3.2. Apuração do Resultado	16
3.3. Política de reconhecimento da receita	16
3.4. Caixa e equivalente de caixa	16
3.5. Instrumentos financeiros	17
3.6. Contas a receber de clientes	18
3.7. Ativos fiscais	18
3.8. Outros créditos	19
3.9. Imposto de renda e contribuição social	19
3.10. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes	20
3.11. Imobilizado	20
3.12. Partes relacionadas	20
3.13. Novas normas	21
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	21
5.1. Títulos ao valor justo por meio do resultado	21
5.2. Carteira própria	21
5.3. CARTEIRA VINCULADA	22
Relações Interfinanceiras	22
6. CLIENTES	22
7. ATIVOS FISCAIS	23
7.1. Correntes	23
7.2. Diferidos	23
8. OUTROS CRÉDITOS	24
9. PARTES RELACIONADAS	24
9.1. ZROBLUE PARTICIPAÇÕES S.A.	24
9.2. B BLUE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DIGITAIS S.A.	24
10. IMOBILIZADO	25
10.1. Composição do Imobilizado	25
10.2. Movimentações	25
11. DEPÓSITOS	25
12. OUTROS VALORES A PAGAR	26
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
13.1. Capital social	26



13.2. Reservas de lucros	26
14. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	27
15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	28
16. DESPESAS OPERACIONAIS	29
16.1. Despesas administrativas	29
16.2. Despesas de pessoal	29
16.3. Despesas de marketing	30
16.4. Outras Receitas (Despesas)	30
17. RESULTADO FINANCEIRO	30
18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	31
19. GERENCIAMENTO DE RISCOS	31
19.1. Risco de liquidez	32
19.2. RISCO DE MERCADO – Análise de sensibilidade	33
19.3. Risco de crédito	34
19.4. Risco operacional	35
19.5. Risco de conformidade – Compliance	35
19.6. Risco cibernético	35
20. CONTINGÊNCIAS	36
20.1. Provisões para contingências cíveis	36
20.2. Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível	37
20.3. Provisões para contingências fiscais	37
20.4. Provisões para contingências trabalhistas	37
21. OUTRAS INFORMAÇÕES	37
21.1. Cobertura de seguros	37
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	38
23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Zero Instituição de Pagamento S.A. tem o prazer de divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

APRESENTAÇÃO

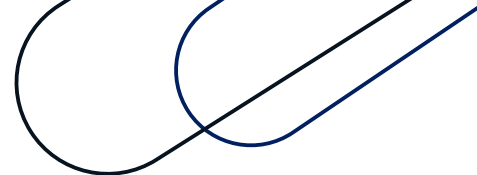
Somos o Z.ro Bank, uma instituição de pagamento autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil a partir de julho de 2024. Apresentamos nossas demonstrações financeiras em dois formatos: um em conformidade com as exigências do regulador, divulgado em 01 de Abril de 2025, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024, e esta demonstração financeira que segue as práticas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis contemplando o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No universo de tantas FinTechs, nos destacamos como uma TechFin. Somos uma empresa de tecnologia que nasceu para oferecer soluções financeiras inovadoras que ainda não existem no mercado. Nossa missão é clara: possibilitar o acesso de pessoas e empresas à nova economia digital, promovendo a liberdade financeira de forma transparente e personalizada.

Com um modelo pioneiro, já movimentamos mais de R\$ 45 bilhões e somos responsáveis por mais de 5% de todas as transferências instantâneas – PIX entre pessoas e empresas no Brasil, chegando a processar mais de 50 mil transações por minuto durante picos diários. Esse desempenho nos posiciona como um dos maiores facilitadores da nova economia digital do país.

Somos uma empresa reconhecida pelo mercado: em 2024, fomos premiados como um dos Top 3 Negócios em Expansão, segundo a Revista Exame, na categoria de empresas com maior crescimento de Receita Líquida.

Somos o primeiro banco *Developer First* do Brasil, projetado para criar soluções flexíveis e eficientes. Nossos serviços vão além de oferecer transações financeiras. No Z.ro Bank, você pode criar o banco ideal para o seu negócio, totalmente integrado ao seu sistema. Automatizamos rotinas financeiras e geramos relatórios customizados para sua



contabilidade, tudo isso com nossas APIs abertas, que permitem à sua empresa moldar as soluções financeiras exatamente do jeito que você precisa.

DESTAQUES

O segundo semestre do Z.ro Bank foi especialmente marcado pela homologação da autorização do Banco Central do Brasil para funcionarmos, na modalidade Instituição de Pagamento no dia 24 de julho de 2024.

Neste mesmo semestre vimos nosso resultado líquido dobrar em relação ao primeiro semestre, chegando a R\$ 21 milhões, sendo o total do exercício R\$ 31 milhões. O total de receitas alcançou incríveis R\$ 113 milhões no ano, sendo R\$ 77 milhões no segundo semestre.

E isso é só o começo. Para o futuro, convidamos nossos clientes e parceiros a sentarem conosco e imaginarem juntos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Zero Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada de Zro Instituição de Pagamento S.A.)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zero Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada de Zro Instituição de Pagamento S.A.) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zero Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP295315/O-4

ZRO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
(valores expressos em milhares de reais)							
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	14.722	28.042	Depósitos	11	33.503	309.559
Títulos e valores mobiliários	5	47.760	296.253	Obrigações Fiscais e Previdenciárias		4.188	919
Clientes	6	11.208	2.702	Fornecedores		2.042	595
Ativos Fiscais	7	4.403	287	Outros Valores a Pagar	12	4.092	2.161
Outros Créditos	8	11.785	222				
Total do ativo circulante		89.877	327.505	Total do passivo circulante		43.825	313.235
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Adiantamentos a coligadas	9	1.839	2.465	Partes relacionadas a pagar	9	698	929
Imobilizado	10	53	63	Contingências	20	-	5
				Total do passivo não Circulante		698	935
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	13.1	8.360	8.360
				Reservas de lucros	13.2	38.887	7.504
Total do ativo não circulante		1.892	2.528	Total do patrimônio líquido		47.246	15.863
Total do Ativo		91.769	330.033	Total do passivo e patrimônio líquido		91.769	330.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ZRO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2024	Nota	2024	2023
(valores expressos em milhares de reais)			
Resultado Bruto			
Receita Bruta Sobre Serviços	14	68.445	28.169
Impostos sobre serviços		(5.090)	(2.901)
Receitas Líquidas de Serviços	14	63.355	25.269
Custos dos Serviços Prestados	15	(20.364)	(4.016)
Lucro Bruto		42.991	21.252
Despesas Operacionais		(32.558)	(14.336)
Despesas administrativas	16.1	(23.213)	(13.367)
Despesas tributárias		(638)	(128)
Despesas de pessoal	16.2	(4.561)	(32)
Despesas de marketing	16.3	(1.114)	(133)
Outras Receitas (Despesas)	16.4	(3.031)	(677)
Resultado Financeiro		36.726	12.091
Receita de aplicações financeiras	17	40.668	12.114
Despesas financeiras	17	(3.942)	(23)
Despesas Não Operacionais		(11)	(72)
Despesas Não Operacionais		(11)	-
Baixa de imobilizado		-	(72)
Lucro Antes Dos Impostos		47.148	18.935
Imposto de Renda de contribuição Social	18	(13.054)	(4.763)
Ativos Fiscais Diferidos		901	-
Provisão Para PLR		(3.850)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		31.144	14.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ZRO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2024	Nota	2024	2023
(valores expressos em milhares de reais)			
Resultado Líquido do Exercício		31.144	14.173
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente		31.144	14.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ZRO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Reserva para incentivos fiscais	Lucros ou prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total
			Reserva legal	Reserva especial - Dividendos não distribuídos	Outras reservas especiais				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		8.360	-	-	-	-	(6.669)	-	1.690
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.173	14.173	
Reserva de lucros		-	375	3.565	3.564	-	6.669	(14.173)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.360	375	3.565	3.564	-	-	-	15.863
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	31.144	31.144
Destinações:									-
Reserva legal	13.2	-	1.297	-	-	-	-	(1.297)	-
Reservas especiais	13.2	-	-	6.726	20.416	-	-	(27.142)	-
Reserva para incentivos fiscais	13.2	-	-	-	-	2.943	-	(2.943)	-
Ajustes de anos anteriores		-	-	-	-	-	-	239	239
Saldos em 31 de dezembro de 2024		8.360	1.672	10.291	23.980	2.943	-	-	47.246

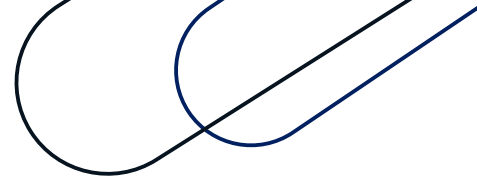
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ZRO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**Demonstração do Fluxo de Caixa**

(valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024	Nota	2024	2023
Lucro do exercício		31.144	14.173
Provisão Para PLR		3.850	-
Ativos Fiscais Diferidos	7.2	(901)	-
Ajustes de Exercícios anteriores		238	-
Depreciações	10	28	40
Baixa de Imobilizado	10	-	72
Provisões para Contingências	20	(5)	5
Aumento ou redução nos ativos e passivos:			
Varição em títulos e valores mobiliários		248.494	(277.592)
Varição em clientes (ativo)		(8.506)	(1.612)
Ativos Fiscais	7	(3.215)	129
Outros Créditos	8	(11.563)	2.026
Partes relacionadas (ativo)	9	626	3.080
Varição em Clientes (passivo)	11	(276.055)	281.368
Obrigações fiscais e previdenciárias		9.028	3.138
Fonecedores		1.446	469
Outros valores a pagar	12	(1.920)	1.790
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(5.759)	(2.365)
Partes relacionadas (passivo)	9	(232)	167
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) Pelas Atividades Operacionais		(13.303)	24.888
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado	10	(17)	(26)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(17)	(26)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Caixa Líquido Gerado Nas Atividades De Financiamento		-	-
Aumento (Diminuição) Do Saldo De Caixa E Equivalentes De Caixa		(13.320)	24.862
Caixa e equivalentes em 1º de janeiro		28.042	3.180
Caixa e equivalentes em 31 de dezembro		14.722	28.042
		(13.320)	24.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Z.RO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por seu estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Companhia está sediada na Rua do Brum, 248, no município de Recife/PE, CEP 50030-260. Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB") em 24 de julho de 2024 e, portanto, após essa data, a Companhia está sujeita a cumprir com os requerimentos normativos daquela autarquia.

A Companhia é uma "TechFin", empresa de tecnologia que atua no setor de pagamentos e transações eletrônicas, oferecendo uma ampla gama de serviços financeiros, incluindo processamento de pagamentos, transferências eletrônicas, emissão de cartões pré-pagos e serviços de conta digital. Através de sua plataforma tecnológica, a empresa busca simplificar as transações financeiras, proporcionando agilidade, conveniência e segurança aos seus clientes.

A Companhia é controlada pela Z.ro Holding Financeira LTDA., que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

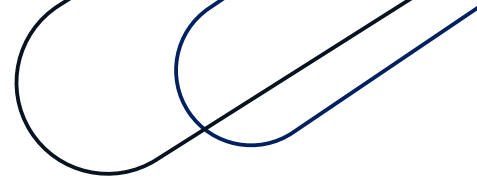
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

No início do segundo semestre de 2024, a Z.ro Bank recebeu autorização do Banco Central do Brasil para operar como uma instituição de pagamentos. Em 1º de abril de 2025, publicamos as demonstrações financeiras apresentadas no formato exigido pelo regulador, abrangendo exclusivamente o segundo semestre de 2024.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.



Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- I. Provisões operacionais;
- II. Provisões para contingências;
- III. Expectativa de consumo de créditos tributários; e
- IV. Serviços prestados a receber.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 07 de abril de 2025.

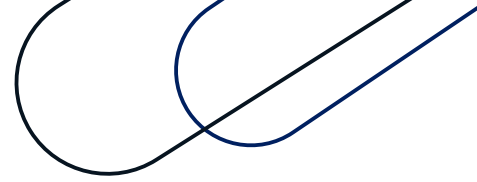
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas consistente e uniformemente são:

3.1. BASE DE ELABORAÇÃO E MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com base na moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), considerada como moeda funcional e de apresentação. Os valores aqui expressos estão em R\$ mil, exceto quando indicado de outra maneira.

Os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.



3.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

A receita é reconhecida pelo regime de competência, sendo lançada no mês de origem do resultado e não é, portanto, alterada em função de pagamentos/recebimentos em outros períodos.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Seguindo as orientações normativas, são estabelecidos 5 passos para o reconhecimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço de transação; e
- Reconhecer receita quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

3.3. POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DA RECEITA

Mensalmente são apuradas as transações realizadas, de acordo com as disposições contratuais, as notas fiscais são emitidas e as receitas são reconhecidas. As principais atividades abrangidas são:

- **Receita por Serviços de Pagamento**

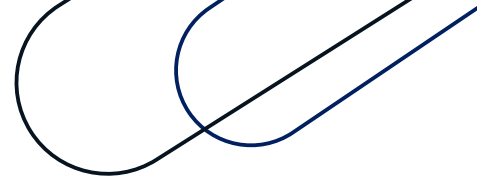
Receitas de comissões em arranjos de pagamento com instituições financeiras parceiras, para a realização das transações de clientes finais. As obrigações de desempenho são satisfeitas quando as transações são realizadas.

- **Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamentos**

Receitas de contratos de disponibilização de APIs para automatização de Pix em alta escala, geração de QR Codes dinâmicos, disponibilização de sistema centralizado que gerencia e organiza transações de pagamento. As obrigações de desempenho são satisfeitas pela disponibilização e utilização das soluções tecnológicas.

3.4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Referem-se a caixa, bancos, depósitos no BCB e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.



3.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Modelos de negócios: são definidos conforme objetivos do instrumento, considerando os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como é avaliado e reportado à administração e como os gestores são remunerados.

Teste de avaliação de fluxos de caixa: é a avaliação dos fluxos gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros (contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro).

Conforme CPC 46 – os instrumentos financeiros classificados nas categorias Valor Justo por meio do resultado ou Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes, devem ser categorizados em níveis hierárquicos, sendo eles:

- **Nível 1:** Há informação de preço observado e disponível no mercado. A carteira contida nesse nível é composta de títulos públicos.
- **Nível 2:** Seu preço não é observado, mas os fatores de risco necessários à sua precificação sim. Nesse caso, o valor justo é calculado a partir de curvas de mercado por fator de risco. A carteira contida nesse nível inclui títulos privados.
- **Nível 3:** Não há informação de preço e nem dos seus insumos, sendo que seu modelo é teórico (Marcação a Modelo). As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes. A carteira contida nesse nível é composta por Fundos de Investimento. Para o caso dos fundos de investimento, a análise de marcação a mercado e o desenvolvimento do modelo são de responsabilidade da



administradora dos fundos em questão, com processos de auditoria independente.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários detidos pela Companhia são avaliados ao valor justo por meio do resultado, através do valor de cota divulgado, multiplicado pelo número de cotas, o que não difere substancialmente de seus valores justos. Todos os títulos estão indexados ou referenciados em DI.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria Valor Justo por meio do resultado, classificados na categoria de hierarquia de Valor Justo nível 1, títulos privados classificados como nível 2 e cotas em fundos de investimentos classificados com o nível 3.

3.6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

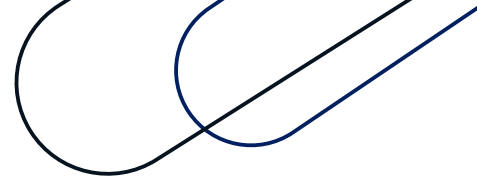
As contas a receber geradas pela prestação de serviços de intermediação de meios de pagamento e prestação de serviços de tecnologia, são registradas ao custo amortizado. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente, por apresentarem vencimento de curto prazo e não apresentarem efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Conforme determinado pelo CPC 48, a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, o objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia não reconhece provisão para perdas de crédito nas contas a receber, por representar um valor imaterial em relação à carteira de recebimentos. Essa premissa parte da consideração de todas as informações disponíveis, tais como: a liquidação das notas fiscais ocorre nos primeiros dias do mês subsequente à emissão, com recursos depositados em conta digital mantida na própria Companhia.

3.7. ATIVOS FISCAIS

Os créditos tributários oriundos de antecipações de impostos, geralmente imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos auferidos em instrumentos financeiros são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes", de acordo com a competência do crédito e utilizados trimestralmente, para compensação na apuração do imposto de renda e da contribuição social.



Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica “Ativos fiscais diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

3.8. OUTROS CRÉDITOS

A companhia utiliza a rubrica de outros créditos para contabilizar valores, que, são direitos relativos a adiantamentos a terceiros e/ou funcionários, valores que estão em processamento nas contas transitórias de clientes e saldos bloqueados em contas bancárias.

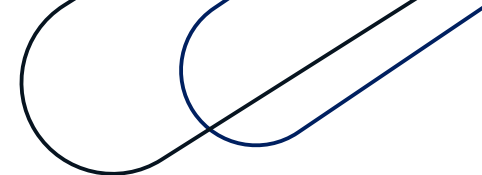
Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente, por apresentarem vencimento de curto prazo e não apresentarem efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas em contas a receber ou em outros créditos, por considerar que não havia risco significativo de perda em suas transações comerciais. A Administração considerou todas as informações disponíveis, tais como valores realizados nos primeiros dias subsequentes ao fechamento das demonstrações e estimativas relativas ao tempo de recebimento dos ativos em questão.

3.9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São calculados com base no resultado contábil, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.



Alíquotas vigentes

Tributos sobre o lucro

Imposto de renda	15%
Imposto de renda adicional	10%
Contribuição social sobre o lucro líquido	9%

3.10. PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

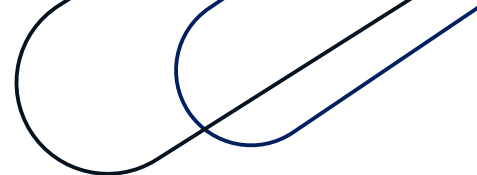
- **Provável:** é constituída provisão.
- **Possível:** nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações financeiras.
- **Remota:** nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas demonstrações financeiras.

3.11. IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável. As depreciações são calculadas pelo método linear levando em consideração a vida útil dos bens.

3.12. PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações financeiras. Basicamente, as partes relacionadas podem ser as entidades controladora até a última instância, as entidades controladas, coligadas, outras entidades do mesmo grupo econômico ainda que não haja relação de controle ou o exercício de influência significativa, o pessoal chave da Administração e membros próximos de suas famílias.



As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3.13. NOVAS NORMAS

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrará em vigor a revisão do CPC 02 (R2)– Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Esta alteração não gerará impactos para as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Disponibilidades		
Caixa e Bancos	14.722	28.042
Total	14.722	28.042

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

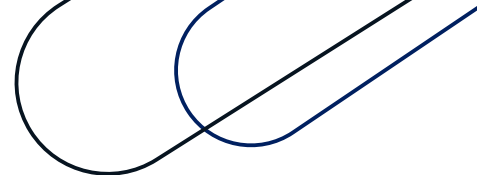
5.1. TÍTULOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	2024	2023
Carteira Própria	3.992	3.286
Carteira Vinculada	43.768	292.967
Total	47.760	296.253

5.2. CARTEIRA PRÓPRIA

	2024	2023
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.529	-
Cotas de fundo de investimento referenciado em DI (a)	99	3.286
Certificados de depósitos bancários - CDB	364	-
Total	3.992	3.286

(a) As cotas de fundo de investimento são precificadas com base no valor de cota divulgado, multiplicado pela quantidade de cotas detidas pela Companhia.



5.3. CARTEIRA VINCULADA

	2024	2023
Operações compromissadas (a)	-	196.138
Certificado de depósito bancário (b)	-	96.830
Total	-	292.968

(a) Referente a aplicações compromissadas com liquidez imediata, que fazem jus aos saldos de conta pré-paga dos clientes da Companhia. Os títulos possuem rentabilidade média de 93% do CDI.

(b) Referente a aplicações em CDB com liquidez entre 00 e 90 dias, que fazem jus aos saldos de conta pré-paga dos clientes da Companhia. Os títulos possuem rentabilidade média de 104% do CDI.

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Composição

	2024	2023
Banco Central - Depósitos De Moeda Eletrônica ¹	43.768	-
Total	43.768	-

¹ Depósito realizado diretamente na conta CCME junto ao BCB para garantia dos saldos das contas pré-pagas. A remuneração aplicada pelo BCB é 100% do CDI.

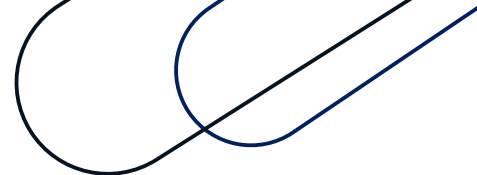
b) Resultado

	2024	2023
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	2.208	-
Total	2.208	-

¹ Rendimento da conta CCME junto ao BCB à base de 100% do CDI.

6. CLIENTES

A Companhia entende que não há risco de não recebimento dos montantes apresentados abaixo, devido ao fato das faturas serem liquidadas nos primeiros dias úteis de sua emissão, via débito em conta na carteira digital que os clientes possuem na Companhia. Desta forma, não foi realizado nenhum tipo de provisionamento relacionado ao risco de crédito.



	2024	2023
Serviços prestados a receber (a)	11.208	2.702
Total	11.208	2.702
Circulante	11.208	2.702

7. ATIVOS FISCAIS

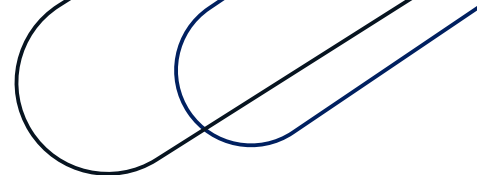
A companhia registrou ao longo do ano de 2024 ativos fiscais correntes e ativos fiscais diferidos, são eles:

7.1. CORRENTES

	2024	2023
IRRF a compensar	496	274
IRRF a recuperar	2.460	-
PIS a compensar	68	3
COFINS a compensar	306	4
ISS a recuperar	3	3
PCC a recuperar	3	3
Antecipações de IRPJ	71	-
Antecipações de CSLL	94	-
Total	3.502	287
Circulante	3.502	287

7.2. DIFERIDOS

	2024	2023
IR Diferido	663	-
CSLL Diferido	239	-
Total	901	-
Circulante	901	-



8. OUTROS CRÉDITOS

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	906	222
Despesas antecipadas	19	-
Adiantamento salarial	159	-
Devedores por depósitos em garantia (a)	10.025	-
Devedores diversos	676	-
Total	11.785	222
Circulante	11.785	222

(a) Refere-se a valores bloqueados em contas correntes.

9. PARTES RELACIONADAS

9.1. ZROBLUE PARTICIPAÇÕES S.A.

	2024	2023
ZroBlue Participações S.A. (a)	698	929
Total	698	929

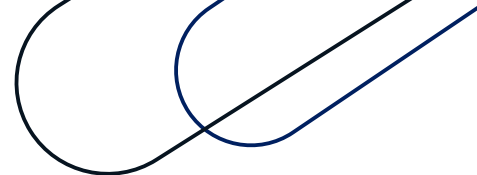
(a) Valores que a Companhia possui a pagar para sua Holding, fruto de contrato de compartilhamento de despesas. Saldo de R\$ 698 refere-se a Notas de Débito emitidas no ano de 2024.

A Companhia registrou no resultado do exercício de 2024 o montante de despesas de R\$ 1.832 referente a notas de débito com a Zroblue Participações S.A., amparado pelo contrato de compartilhamento de despesas.

9.2. B BLUE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DIGITAIS S.A.

	2024	2023
B Blue Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (b)	1.839	2.465
Total	1.839	2.465

(b) Refere-se a valores a receber, fruto da centralização de caixa realizada entre as empresas (2024 - R\$ 1.839 e 2023 - R\$ 588), onde a Bblue é a prestadora de serviços ao cliente final (Exchange de cripto ativos) e a Z.ro Pagamentos faz a intermediação dos meios de pagamento, onde o cliente possui conta digital, via app ou website.



10. IMOBILIZADO

10.1. COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

Descrição	Vida útil	Custo	Depreciação Acumulada	2024	2023
				Saldo Líquido	Saldo Líquido
Móveis e equipamentos	5	119	90	29	60
Outros equipamentos	5	38	15	23	3
Total		158	105	53	63

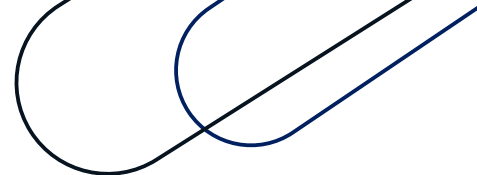
10.2. MOVIMENTAÇÕES

Descrição	2023	Ajustes	Aquisição	Baixa	Depreciação	2024
Mobiliário	34	-	4	-	(21)	17
Comunicação	3	(3)	-	-	-	-
Informática	26	(26)	-	-	-	-
Equipamentos	-	29	13	-	(6)	36
Total	63	-	17	-	(27)	53

11. DEPÓSITOS

Descrição	2024	2023
Saldos de livre movimentação(a)	33.503	309.559
Total	33.503	309.559
Circulante	33.503	309.559

(a) Os recursos depositados em contas de pagamento pré-pagas pelos clientes são utilizados para aquisição de instrumentos financeiros de baixo risco e alta liquidez, em conformidade com os requerimentos do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024 esses valores estão depositados na conta CCME, junto ao BCB.



12. OUTROS VALORES A PAGAR

Descrição	2024	2023
Custos de remessas de contrato de câmbio (a)	-	1.992
Processamento de cartões de débito e saques (b)	12	169
Proventos	229	-
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.850	-
Total	4.092	2.161
Circulante	4.092	2.161

(a) Custos com remessas de câmbio com competência dezembro de 2024 e liquidação financeira em 2025.

(b) Valores referente à agenda de cartões de débito e saques (Visa), com vencimento em D+1.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.070.462 ações escriturais e sem valor nominal, sendo a totalidade de ordinárias em 31 de dezembro de 2024. A detentora da totalidade dessas ações é a Z.ro Holding Financeira Ltda.

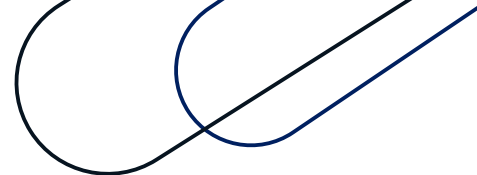
	Ações Ordinárias	2024	2023
Domiciliados no país	4.070.462	8.360	8.360
Total	4.070.462	8.360	8.360

13.2. RESERVAS DE LUCROS

Reservas de Lucro	2024	2023
Reserva legal (a)	1.672	375
Reservas especiais - Dividendos não distribuídos (c)	10.291	3.565
Reservas especiais – Outras (c)	23.981	3.564
Reserva para incentivos fiscais (b)	2.943	-
Total	38.887	7.504

a) Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital



social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensação de prejuízos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração propôs a destinação de R\$ 1.297 para Reserva Legal, sendo o saldo total nesta data de R\$ 1.672 que compreende 20% do capital social da Companhia.

b) Reserva para Incentivos Fiscais

Com base nos serviços prestados e graças ao desenvolvimento que eles proporcionam à região Nordeste, a Companhia conquistou benefício fiscal, já devidamente aprovado, no ano de 2024 junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Este benefício proporciona a redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais apurados na exploração da atividade beneficiada.

A redução em Imposto de Renda alcançada por este benefício é reconhecida como Reserva para Incentivos Fiscais, de acordo com o COSIF, pois tal montante não deve ser incorporado ao resultado da Companhia beneficiada bem como, juros sobre o capital próprio e dividendos não podem ser distribuídos com base nesse montante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 havia o montante de R\$ 2.943 constituído como Reserva para Incentivos Fiscais.

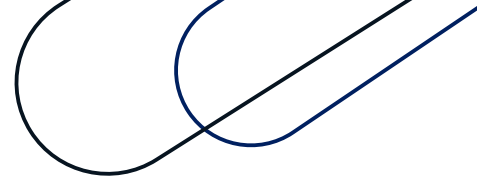
c) Reservas especiais

Basicamente composta pelo lucro não destinado à Reserva Legal ou ao pagamento de dividendos ao acionista. Estes recursos permanecerão à disposição dos acionistas para deliberação quanto a sua alocação, podendo ser utilizado na operação, em novos investimentos ou pagamento de dividendos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração propôs a destinação do montante de R\$ 27.142 para Reservas Especiais, sendo i) R\$ 6.726 para Dividendos Não Distribuídos; e ii) R\$ 20.416 para Outras Reservas. O saldo atual das Reservas Especiais soma a importância de R\$ 34.272.

14. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Descrição	2024	2023
Receita de intermediação (a)	34.687	20.251
Receitas provindas de serviços de tecnologia (b)	33.758	7.918
ISS	(1.801)	(1.026)
PIS	(587)	(334)
COFINS	(2.702)	(1.540)
Total	63.355	25.269



(a) Receitas provindas das transações de intermediação realizadas com parceiros para atendimento dos clientes finais. Esses parceiros incluem as instituições Topázio, Asaas, Genial e Ourinvest.

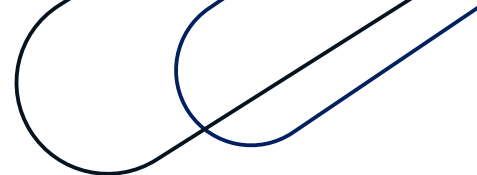
(b) Pix as a Service: é um termo que se refere a um modelo de negócio em que uma empresa oferece serviços relacionados ao PIX. O PIX permite aos usuários realizarem transferências instantâneas de dinheiro entre contas bancárias usando um identificador único, como um número de telefone celular, CPF ou e-mail. No modelo "PIX as a Service", uma empresa oferece uma plataforma ou infraestrutura tecnológica para que outras empresas possam integrar o PIX aos seus sistemas e oferecer pagamentos instantâneos aos seus clientes. Essas empresas podem incluir instituições financeiras, fintechs, empresas de comércio eletrônico ou qualquer outra organização que queira implementar o PIX em seus processos de pagamento.

Os serviços oferecidos no modelo "PIX as a Service" podem incluir: Integração técnica, processamento de transações, gestão de segurança, gerenciamento de dados, suporte técnico entre outros. Assim, o "PIX as a Service" é um modelo em que uma empresa oferece serviços de tecnologia para facilitar a implementação e o uso do PIX por outras organizações, permitindo que elas ofereçam pagamentos instantâneos aos seus clientes de forma mais eficiente e conveniente.

A Companhia oferece esse serviço aos seus clientes e recebe remuneração para tal.

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Descrição	2024	2023
Custos de serviços bancários	(20.364)	(1.540)
Custos com operações de câmbio	-	(2.476)
Total	(20.364)	(4.016)



16. DESPESAS OPERACIONAIS

16.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2024	2023
Serviços técnicos especializados (a)	(5.270)	(7.443)
Serviços de tecnologia (b)	(11.399)	(5.391)
Despesas com associações de classe	(625)	(262)
Aluguéis	-	(129)
Manutenção e escritório	(873)	(73)
Depreciação	(28)	(38)
Provisões	-	(5)
Auditoria	(322)	(17)
Diversos (c)	(4.696)	(9)
Total	(23.213)	(13.367)

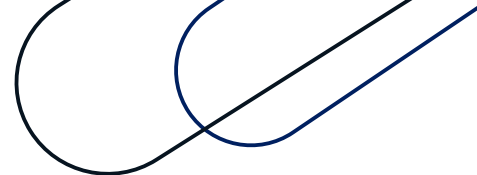
(a) Os desempenhos realizados com serviços técnicos especializados referem-se a serviços de compliance, comerciais, advocatícios, contábeis e consultorias especializadas.

(b) Contratação de serviços relacionados à tecnologia, necessários para a consecução das atividades da companhia.

(c) Para a manutenção das operações da Companhia se faz necessário o uso de serviços que não contam com rubrica específica como correios e malotes, bens de pequeno valor, serviços de pessoas jurídicas, e participações nos lucros.

16.2. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2024	2023
Honorários	(1.799)	-
Proventos	(1.235)	-
Encargos	(649)	-
Benefícios	(211)	-
Assistência médica	(645)	(28)
Outros	(23)	(4)
Total	(4.561)	(32)



16.3. DESPESAS DE MARKETING

Descrição	2024	2023
Propaganda e Publicidade	(1.054)	(122)
Outros	(60)	(11)
Total	(1.114)	(133)

16.4. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

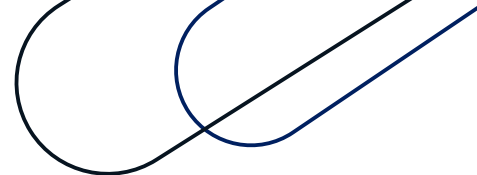
Descrição	2024	2023
Exposições, congressos e eventos	(2.086)	(629)
Despesas diversas	(522)	(62)
Outras receitas operacionais	50	14
Confraternizações	(473)	-
Total	(3.031)	(677)

17. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2024	2023
Receitas financeiras (a)	40.668	12.706
PIS	(265)	(83)
COFINS	(1.628)	(509)
Outras Despesas Financeiras (b)	(2.049)	(23)
Total	36.726	12.091

(a) Refere-se as receitas auferidas na aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários.

(b) É composto pelo valor de prejuízo na alienação de títulos de renda fixa, descontos comerciais concedidos e despesas bancárias.



18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Descrição	2024	2023
Lucro antes o Imposto de Renda e Contribuição Social	47.148	18.935
Adições	2.306	1.195
Lucro Real (Acumulado)	49.454	20.130
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores	(2.328)	(6.033)
Lucro Real	47.126	14.097
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	15.997	4.763
Redução de imposto - Benefício Sudene	(2.943)	-
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	13.054	4.763
Imposto retido na fonte	(7.118)	(2.398)
Redução de imposto - Reinvestimento	(177)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	5.759	2.365
CSLL	(4.241)	(1.269)
IRPJ	(1.518)	(1.096)

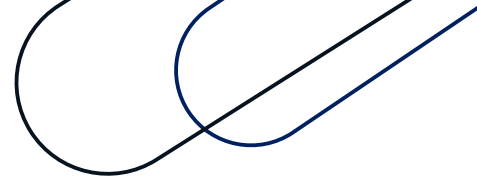
Durante o ano de 2024 a Companhia obteve o laudo de constituição do benefício Sudene, que dá direito a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, dessa forma ao apresentar o cálculo do imposto às alíquotas vigentes, é necessário apresentar valor do benefício, uma vez que o mesmo é uma receita de subvenção, que, de acordo com o CPC 07 R1, pode ser apresentado como redutor da despesa, dessa forma o valor da linha de imposto de renda e contribuição social da DRE está apresentado pelo valor líquido.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

No que tange ao gerenciamento de riscos, a Companhia preza por definir todos os conceitos e procedimentos aplicáveis para o atendimento pleno do regulatório no que concerne a gestão de riscos, compatível com o perfil de produtos e serviços bem como a complexidade dos negócios autorizados e realizados.

As atividades de gestão de riscos são identificadas em três dimensões relevantes de atuação:

1. No Planejamento Estratégico: os “riscos de ordem estratégica” o que pode impedir a instituição de alcançar sua visão, missão, valores e objetivos;
2. Na execução das operações: os “riscos de ordem operacional”, todos os diversos riscos que podem impedir a operacionalização do negócio desenhado para viabilizar a estratégia;



3. Os “riscos corporativos”: objeto de foco prioritário da alta direção, representada por seus diretores estatutários.

O seu gerenciamento possibilita aos administradores tratarem com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades a ele associados, a fim de melhorar a capacidade da Companhia em gerar valor, atingir seus objetivos e evitar os perigos e surpresas em seu percurso.

19.1. RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez decorre da possibilidade de perdas resultantes de que a instituição não seja capaz de honrar suas obrigações esperadas ou não, correntes ou futuras, incluindo vinculação de garantias, bem como não conseguir negociar a preço de mercado de uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao seu normal ou a alguma descontinuidade no mercado.

O Gerenciamento do risco de liquidez, ocorre também, pela possibilidade de perdas resultantes do gerenciamento ineficiente do capital, com relação àquele mantido pela instituição e o nível necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e ao seu planejamento, considerando os objetivos estratégicos de curto e médio prazos.

:

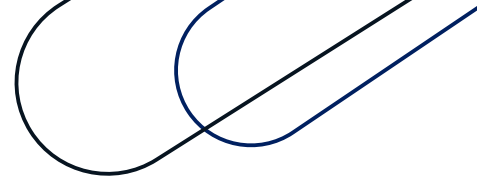
Os procedimentos básicos para o gerenciamento do risco de liquidez, compreendem a geração diária do fluxo de caixa, previsto em conformidade com cenários de movimentação dos recursos inscritos nas contas digitais juntamente com os pagamentos e recebimentos previstos para eventos administrativos.

A Companhia realiza a projeção do valor futuro esperado das suas obrigações, considerando a aplicação de uma taxa de juros mensal. Essa metodologia permite uma avaliação mais precisa dos passivos a serem liquidados no futuro, ajustados pela correção monetária ou custos financeiros aplicáveis.

LIQUIDEZ DOS PASSIVOS - VALOR FUTURO ESPERADO

A Companhia elaborou o quadro de liquidez dos passivos com base no valor futuro esperado de realização das obrigações, conforme estipulado nas práticas contábeis aplicáveis.

Para o cálculo do valor futuro esperado, a Companhia utilizou a taxa de juros mensal de 1%, aplicada aos valores dos passivos com vencimento de 1 a 30 dias e 31 a 90 dias. A taxa de 1% representa uma estimativa razoável de correção monetária ou custo financeiro aplicável à Empresa, considerando o contexto econômico e as características do fluxo de pagamentos. A aplicação dessa taxa resultou no cálculo do valor futuro das obrigações fiscais, previdenciárias, fornecedores e outros valores a pagar, refletindo o valor a ser efetivamente desembolsado pela empresa no momento de sua realização.



Detalhamento dos Cálculos:

- **Vencimento de 1 a 30 dias:** Para os passivos com vencimento neste período, aplicamos a taxa de juros mensal de 1%, resultando em um valor futuro esperado de R\$ 5.993.
- **Vencimento de 31 a 90 dias:** Para os passivos com vencimento entre 31 e 90 dias, aplicamos a mesma taxa de juros de 1% ao mês, considerando um período médio de 3 meses para o cálculo. O valor futuro esperado para esse grupo de passivos é de R\$ 4.519.

Esses valores são apresentados no quadro abaixo:

Passivos	2024	Valor Futuro Esperado
<u>Vencimento de 1 a 30 dias</u>		
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	3.140	3.171
Fornecedores	2.042	2.062
Outros Valores a Pagar	752	760
Total a vencer em 30 dias	5.934	5.993
<u>Vencimento de 31 a 90 dias</u>		
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	1.048	1.079
Outros Valores a Pagar	3.340	3.440
Total a vencer em 90 dias	4.388	4.519

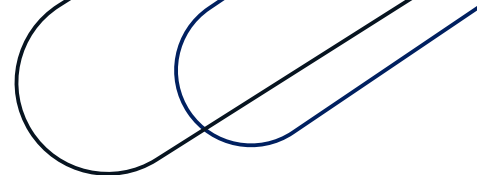
19.2. RISCO DE MERCADO – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Refere-se à possibilidade de perdas financeiras originadas pelas variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pela Companhia. Isso inclui o risco de taxa de juros, relacionado à possibilidade de perdas financeiras devido às flutuações nas taxas de juros do mercado, e o risco cambial, que está ligado à possibilidade de perdas financeiras em decorrência da variação da taxa de câmbio.

A Companhia gerencia o risco de mercado por meio de uma política interna, que abrange processos que podem gerar exposição ao risco de mercado, além de estabelecer métricas e procedimentos para o gerenciamento dos riscos de taxa de juros.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

De acordo com a hierarquia de valor justo estabelecida pelo CPC 46 / IFRS 13, a companhia realizou a análise de sensibilidade em seus ativos registrados pelo valor justo.



O valor justo desses ativos é sensível a alterações nas premissas de precificação, como taxas de juros, spreads de crédito e taxas de desconto. Para avaliar a sensibilidade, foram simulados cenários alternativos para cada um dos instrumentos, conforme a tabela abaixo:

Ativo	Valor justo	Nível	Taxa de Desconto (%)	Valor Estimado	Variação (%)
Títulos Públicos	3.529	1	8,0%	4.411	25,0%
Títulos Públicos	3.529	1	10,0%	3.529	0,0%
Títulos Públicos	3.529	1	12,0%	2.941	-16,7%
Títulos Privados	364	2	1,6%	455	25,0%
Títulos Privados	364	2	2,0%	364	0,0%
Títulos Privados	364	2	2,4%	303	-16,7%
Fundos de Investimento	99	3	8,0%	110	11,0%
Fundos de Investimento	99	3	10,0%	99	0,0%
Fundos de Investimento	99	3	12,0%	91	-8,0%
Fundos de Investimento	99	3	15,0%	80	-19,0%

19.3. RISCO DE CRÉDITO

A conceituação de risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações pactuadas ou da desvalorização ou da redução de ganhos financeiros esperados.

Os procedimentos voltados para o risco de crédito consideram basicamente as seguintes atividades:

- Gerar diariamente o fluxo de caixa;
- Analisar o perfil dos recebíveis: prazo, contraparte, valor;
- Avaliar as condições creditícias da contraparte, seja cliente, usuário habitual ou eventual das transações de pagamento, participantes de arranjos de pagamento e instituições financeiras emissoras de títulos e depositárias de recursos do caixa do ZroBank;
- Verificar o limite atribuído a cada contraparte relevante;



Caso ocorra algum default, acionar o instrumento para mitigação do risco de crédito como solicitar garantias adicionais, ceder o crédito sem coobrigação e adquirir outros instrumentos de proteção conforme analisado e proposto pelo Comitê de Riscos.

O mapeamento de risco de crédito envolve não somente as contrapartes denominadas tomadores de crédito, mas também qualquer cedente, devedor, sacado, emissor, coobrigado ou garantidor que tenham responsabilidade solidária para liquidar um direito creditório ou título ou obrigação com características de crédito.

19.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional decorre da possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste tipo de risco inclui subtipos como segurança cibernética e da informação, risco legal e de imagem. Alguns deles são tratados em tópicos distintos.

Em síntese os procedimentos para gerenciamento do risco operacional (GRO) envolve todas as unidades organizacionais e gera informações relevantes sobre o consumo de recursos indevidos que provocam perdas e não contribuem para o desempenho econômico esperado da instituição.

19.5. RISCO DE CONFORMIDADE – COMPLIANCE

O Risco de Conformidade - Compliance decorre da possibilidade de perdas resultantes do não cumprimento, intencional ou não, de normas, leis e regulamentos internos e externos.

O procedimento para o gerenciamento do Risco de Conformidade / Legal deverá considerar em especial o acompanhamento de normativos externos (leis, decretos, instruções normativas, resoluções, circulares entre outros) pela área de riscos e fraudes responsável por tomar as ações devidas para a adequação dos processos, produtos e serviços da Companhia às exigências normativas, assim como providenciar a adequação dos normativos internos.

19.6. RISCO CIBERNÉTICO

O Risco cibernético decorre da possibilidade de perdas resultantes da inadequação, instabilidade ou ineficiência ou vulnerabilidade de informações e dados armazenados ou transitando em ambientes cibernéticos.

Os riscos considerados nos procedimentos devem ser:

- I Perda e/ou exposição de dados estratégicos ou confidenciais;
- II Perda no valor da empresa;



- III Perda de receita;
- IV Roubo de propriedade intelectual;
- V Ameaças à vida ou à segurança;
- VI Danos à reputação;
- VII Perda de clientes;
- VIII Interrupção nas operações;
- IX Sujeição a multas e litígios;
- X Geração de custos de diversas naturezas para reparação de danos.

O detalhamento das ações envolvendo o risco cibernético consta de documentos internos.

20. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024 não havia processos ativos nas esferas cível, fiscal e trabalhista com prognóstico de perda provável ou possível.

20.1. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

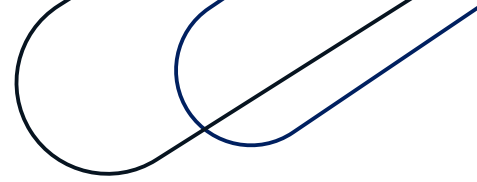
Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais, as quais são analisadas de forma individualizada.

A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que o risco de desembolso financeiro em decorrência de uma perda for avaliado como provável.

Movimentação das provisões para contingências cíveis

	2024	2023
Saldo Inicial	5	-
Constituições	-	5
Reversões	(5)	-
Saldo Final	-	5

Em 31 de dezembro de 2024, não havia processos cíveis classificados com risco de perda provável, de acordo com a avaliação dos advogados parceiros. Em 31 de dezembro de



2024, a Companhia reverteu a provisão até então existente, com base na informação de que os processos com risco de perda provável foram inativados.

Também não havia bloqueios e/ou depósitos judiciais referente aos processos em curso em 31 de dezembro de 2024, que pudessem nos dar evidências de que uma provisão seria necessária.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais impossibilitam a apuração de uma estimativa perfeita, tanto do ponto de vista de valores, como de cronograma esperado de indenizações. A previsão de consumo das provisões é de até 5 anos.

20.2. PASSIVOS CONTINGENTES CLASSIFICADOS COMO DE RISCO DE PERDA POSSÍVEL

São processos na esfera cível, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, porém divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Não havia processos classificados com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2024.

20.3. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2024 não havia processos na esfera fiscal contra a Companhia.

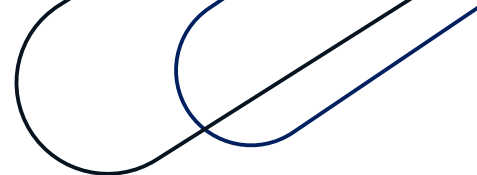
20.4. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2024 não havia processos na esfera trabalhista contra a Companhia.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contrata apólices de seguros com coberturas para vida de seus empregados e diretores, D&O para diretores administradores para causas cíveis, fiança para aluguéis e incêndio de suas dependências. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura total somava R\$ 26.203. O total em prêmios pagos foi de R\$ 88.



22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente que tenha ocorrido entre a data das demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 07 de abril de 2025.

A Diretoria

Assinado por:

Edisio Pereira

Edisio Carlos Pereira Neto
CEO

DocuSigned by:

Fabio Pires

Fabio Pires
CFO – Diretor responsável pela contabilidade

Assinado por:

Eduardo Aparecido dos Anjos Degea

Eduardo Aparecido dos Anjos Degea
Contador
CRC 1SP236600/O-0 "S" PE